



Assembleia Municipal

## ACTA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA REALIZADA NO DIA 27 DE NOVEMBRO DE 2007

### Acta n.º 20

Ao vigésimo sétimo dia do mês de Novembro do ano de dois mil e sete, reuniu em sessão extraordinária a Assembleia Municipal de Albufeira, pelas 21:45 horas, na Sala de Reuniões do Edifício dos Paços do Concelho, por convocatória de dezanove de Novembro e Aditamento de vinte e um de Novembro, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

**PONTO PRIMEIRO:** Suspensão de mandato por um período de 120 dias do membro desta Assembleia Municipal, Cristiano José da Ponte Cabrita; -----

**PONTO SEGUNDO:** Aprovação das actas das sessões de 23/04/2007 com continuação em 27/04/2007 e 14/05/2007; -----

**PONTO TERCEIRO:** Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da fixação das taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis para 2007 respeitantes a prédios urbanos e a prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI, nos termos da alínea e) e f) do n.º2 do art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

**PONTO QUARTO:** Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da taxa municipal de Direitos de Passagem - Lei das Comunicações Electrónicas, nos termos da alínea e) do n.º2 do Art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

**PONTO QUINTO:** Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da fixação da percentagem de participação no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho; -----

**PONTO SEXTO:** Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da aquisição de parcela de terreno, nos termos da alínea i) do n.º2 do Art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro na redacção conferida pela Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

**PONTO SÉTIMO:** Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da aquisição pelo município de Albufeira, de imóvel sito na freguesia da Guia, concelho de Albufeira, para a construção da Escola E.B. 1,2 e 3, nos termos da alínea i) do n.º2 do Art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção conferida pela Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

**PONTO OITÁVO:** Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da reversão do Direito de Superfície constituído a favor do "Padernense Clube"; -----

**PONTO NONO:** Apreciação e deliberação sobre proposta da Câmara Municipal, de alteração do Plano de Pormenor do Porto de Recreio de Albufeira; -----

**PONTO DÉCIMO:** Reclamação apresentada por Cláudia Alcobia sobre o Concurso para Estágio Profissional - Programa Pepal; -----

**ADITAMENTO:** -----

**PONTO DÉCIMO PRIMEIRO:** Apreciação e deliberação, sob proposta da Bancada da Coligação Democrática Unitária, de uma norma de regime especial do Imposto Municipal de Imóveis, a aplicar no ano 2007 relativamente ao Bairro Social da Quinta da Palmeira; -----

**PONTO DÉCIMO SEGUNDO:** Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, de adenda ao contrato de prestação de serviços de 3 Circuitos de Transportes Urbanos na cidade de Albufeira - Repartição de encargos. -----

Presidente da Assembleia - Antes de iniciar os trabalhos e no Período Antes da Ordem do Dia do Público, tenho um ponto que coloco à consideração da Assembleia Municipal que é a Tomada de Posse de alguns membros do Conselho Municipal de Segurança que não estiveram presentes na última sessão da Assembleia. Não é nada deliberativo e é perfeitamente admissível que o façam. Eu sugeria que fosse logo no início. -----

A Segundo-Secretário faz a chamada: -----

**PRESENCAS:** -----

Feita a chamada constatou-se estarem presentes os seguintes membros da Assembleia Municipal: Carlos Eduardo da Silva e Sousa, Vítor José Cabrita Neto, Francisco João Magalhães Calhau, Paulo Alexandre Figueiredo Freitas, Fernando Vieira Vitória Cabrita, José Manuel Bota Sequeira, Carlos Duarte Vieira Gabriel, Ana Cristina Barreto da Assunção Patrício, Miguel Alexandre Correia Mesquita, Adriano Duarte de Horta e Nogueira Ferrão, Francelina da Luz Rodrigues Lourenço, Ana Luísa Sousa Simões (membro suplente), Manuel José Guerreiro Gonçalves, Fernando Cabrita Neves, Francisco José Pereira Oliveira, Vítor José Correia Maria Vieira, Sílvia Duarte Correia da Rosa, Pedro Manuel Trovão Ferro, Maria Eugénia Xufre Baptista, Maria Perpétua Felgueiras Ramos (membro suplente), Ricardo Jorge Coelho Clemente da Silva, os Presidentes das Juntas de Freguesia, de Albufeira, Hélder Manuel Rodrigues Sousa, de Ferreiras, Fernando Manuel de Sousa Gregório, de Guia, José Cabrita, de Olhos d'Água, Berto José Rita Palma e de Paderne, Francisco Manuel Fernandes Guerreiro. -----

Registou-se ainda, a presença do Sr. Presidente da Câmara, dos Vereadores em regime de permanência, José Carlos Rolo, António Gonçalves e Marlene Silva, e em regime de não permanência, o Vereador, Fernando Anastácio. -----

**FALTAS:** Rui Miguel de Sousa Serôdio Bernardo e Ana Filipa Simões Grade dos Santos Pífar. -----

**SUBSTITUIÇÕES:** Face aos pedidos de substituição apresentados pelos membros, Rui Bernardo, José Manuel Guerreiro Vila Nova (membro suplente) e Ana Pífar, foi verificada a legitimidade e identidade dos elementos imediatamente a seguir na ordem da respectiva lista, os membros, Ana Simões e Maria Perpétua Ramos. -----

Havendo quórum (**vinte e seis presenças**), o Presidente da Assembleia começa por chamar, um a um, os membros do Conselho Municipal de Segurança, para tomarem posse (documento anexo à acta). De seguida passa a palavra ao público. -----

**PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.** -----

Alexandre Freitas - Sr. Presidente da Mesa, restante Mesa, Srs. Vereadores, Srs. Membros da Assembleia. Como estamos numa época natalícia, gostaria de perguntar ao Sr. Presidente e já, como é meu hábito, gosto de saber os orçamentos, quais os valores orçamentados para a Iluminação de Natal e Passagem de Ano. Gostaria também de saber, sei que no ponto quinto o vão discutir, mas nessa parte não vou poder intervir, logo pergunto se, o Sr. Presidente, relativamente ao IRS tem alguma vontade de expurgar a percentagem camarária para as famílias mais carenciadas. Também farei chegar ao Presidente da Assembleia fotos, que ainda não me foram entregues, relativamente aos parques infantis de Albufeira, que considero que estão numa lástima, degradados e põem em risco a integridade física das nossas crianças em Albufeira. Cabos de electricidade expostos, dejectos por todo o lado, material didáctico completamente danificado. Não sei se o Sr. Presidente tem conhecimento disso, se não tiver, eu faço-lhe chegar dentro dos próximos dias. Está aqui o representante da Educação camarária a quem gostaria de expor duas situações: se tem noção dos horários das refeições das cantinas escolares relativamente aos horários escolares. Porque há situações em que os alunos não conseguem ter a sua refeição devido aos horários escolares, em coincidência com o mesmo horário da cantina do refeitório. Se o Sr. Presidente tiver oportunidade de esclarecer, também gostaria de saber e acho que é de interesse público, para os pais que estão aqui presentes, se as cozinheiras das cantinas têm algum conhecimento de HACCP, de Higiene e Segurança no Trabalho. É só. -----

Helena Brito - Sou aluna do 11º da Escola Secundaria de Albufeira e, em primeiro lugar, quero saudar todos os Membros da Assembleia Municipal de Albufeira e também do executivo camarário. Quero também agradecer a oportunidade que nos proporcionaram de estarmos nesta reunião e esclarecer o facto de estarmos aqui, que se insere no âmbito da disciplina de Português sob a qual a Dra. Francelina Lourenço está responsável, sendo ela também deputada municipal pelo Partido Socialista. De acordo com as competências escolares do nosso programa, a expressão oral é essencial e tem um peso legal de 25%, ou seja, cinco valores na escala de zero a vinte. E ainda de acordo com o programa da disciplina de Português, a educação para a cidadania é extraordinariamente importante, por isso achamos que este é o local mais indicado para fazer exercício, a liberdade para a expressão oral e democrática. Por conseguinte, solicitamos a vossa Exa., Presidente da Assembleia Municipal, para que possamos gravar em formato digital, áudio e som, esta reunião e levar até aos nossos colegas que não estão aqui presentes, esta reunião. Achamos que esta reunião é importante porque é uma lição viva de língua materna e porque também é uma aula de cidadania. Muito obrigada a todos. -----

Presidente da Assembleia - Em relação à questão de poderem gravar, eu pessoalmente, não tenho nada a opor. Algum Membro da Assembleia tem alguma coisa a opor, que se processem imagens e gravação? Ninguém tem! Portanto, está consentido por unanimidade da Assembleia. A Assembleia é soberana! Podem gravar à vontade. -----

Tiago Branco - Boa noite. Sou Tiago Branco e sou aluno do 11º ano da Escola Secundária de Albufeira. Em nome da minha turma venho expor uma pergunta: enquanto jovens somos totalmente favoráveis à modernização e requalificação do concelho. Por

consequência apoiamos a realização de mais obras que se têm vindo a efectuar, não obstante algumas delas não parecem embelezar a cidade, embora a possam tornar mais funcional. Será que a requalificação do Largo mais conhecido como "antigo jardim" e a zona da praia dos pescadores, tem qualidade ao nível da sua execução, Sr. Presidente da Câmara? Não podia ser melhorável? Não tenho mais nada a dizer. Muito obrigado. --

Sofia Araújo - Boa noite a todos. Chamo-me Sofia Araújo e sou aluno do 11ºC da Escola Secundária de Albufeira. Em nome da minha turma, venho expor a nossa ideia. Sendo a actividade física em geral e a prática desportiva, enquanto desporto escolar, essenciais ao desenvolvimento humano e, gostaríamos que houvesse mais condições para a sua implementação no nosso concelho. Pensamos que já está orçamentado um projecto para a construção de um pavilhão desportivo, o que em nossa opinião é muito bom, mas insuficiente. Pensamos que o concelho de Albufeira merece muito mais, mas talvez tenha o maior parque hoteleiro do país a nível concelhio. Assim é possível projectar-se e construir-se um espaço polivalente para a realização, em simultâneo, de eventos culturais e desportivos de grande dimensão, que desse outra dinâmica à cidade onde resido. -----

Valbér Junho - Boa noite a todos. Chamo-me Valbér Junho, sou aluno do 11ºA da Escola Secundária de Albufeira, de nacionalidade brasileira. Dirijo-me ao Sr. Presidente da Câmara. Tive conhecimento hoje, pela comunicação social, de que Portugal é um dos países mais bem posicionados no que diz respeito à política de emigração e apoio aos emigrantes. Na Escola Secundária de Albufeira e noutras escolas do concelho, há alunos de quase trinta nacionalidades diferentes. Gostaria de saber, se no âmbito do município, há algum apoio material ou serviço que possa ser prestado a esses jovens? Sem mais, obrigado. -----

Sara Simões - Boa noite. Sou Sara Simões, aluna da Escola Secundária de Albufeira, 11ºC. Sabemos que está a ser projectado a construção de uma nova Escola Secundária de Albufeira. Gostaríamos de pedir que nos esclarecesse a cerca deste assunto e nos informasse para quando está programada a construção desta mesma escola, uma vez que frequento essa mesma escola e dou conta que como está muito lutada, há falta de condições, tanto para os alunos como para os professores? Obrigada. -----

Luís Afonso - Boa noite Sr. Presidente da Mesa, restantes Membros, Sr. Presidente da Câmara, Vereadores e a todo o público presente. A situação para a qual eu queria levantar sugestão, refere-se às taxas e licenciamentos da Câmara, nomeadamente em relação à licença de táxi. Até há pouco tempo, quando um titular de um alvará e de licença de táxi, ia substituir uma viatura, pedia uma licença que custava cento e poucos euros. Com a entrada do novo regulamento, o pedido de uma nova licença tem um custo de duzentos e tal euros. Isso faz com que, um titular de uma licença que tenha um problema num automóvel, se pretender substituir temporariamente esse automóvel, tem um custo de duzentos e tal euros para colocar a viatura de substituição a trabalhar e, passado uma, duas semanas, se quiser voltar a por a viatura antiga a trabalhar, terá de pagar mais duzentos e tal euros. Com os custos dos transportes terrestres, etc., fica insuportável substituir uma viatura por uma semana ou duas. Se bem que de Inverno não tem qualquer problema para o público em geral, no Verão é menos uma viatura que fica a circular, é mais pessoas que ficam numa praça. Se calhar,

no meu ponto de vista, poderia ser reduzido o custo dessa licença, sem prejuízo para a Câmara de uma outra situação que é, a emissão da licença pela primeira vez, que custa exactamente a mesma coisa. Por exemplo, no concurso actual que está a decorrer, desde Maio até agora, trabalha uma equipa para classificar os concorrentes, os custos para a Câmara quando for atribuir essa licença será de duzentos e tal euros. Se calhar, não era mau que essa licença fosse mais cara e, depois fosse mais fácil e mais barato, a troca para uma licença temporária. Era só isto que eu queria sugerir. -----

Presidente da Câmara - Peço licença aos Srs. Alexandre Freitas e Luís Afonso, para responder mais tarde às suas questões e, responderei em primeiro lugar aos alunos da Escola Secundária de Albufeira. Primeiro, quero referenciar que é importante a vossa presença aqui, até porque como eu disse ali fora, ainda não há muito tempo também numa sessão de Câmara houve uma turma da Professora Euridice Vieira que não está cá hoje, mas também é Membro desta Assembleia Municipal, que veio verificar o funcionamento do órgão executivo. Foi uma experiência que me parece importante e positiva, para os alunos que a acompanharam e também me parece que, é positivo para todos vocês, porque é importante na vossa idade e tendo em conta as questões da cidadania e da democracia, o estarem presentes nesta Assembleia permite saber como é que os órgãos funcionam e também ter algumas respostas, nomeadamente naquelas que me questionaram em termos do órgão executivo. Vou procurar dar alguma informação, dizendo primeiro que gostei muito da intervenção da Helena Brito, que se explicou e nos esclareceu de uma forma muito objectiva e muito clara, dos objectivos e da presença da turma aqui nesta sala. Em relação ao Tiago, a questão que é aqui levantada, é uma questão pertinente, que tem a ver com a intervenção e requalificação. Nós sabemos e verificamos que, obviamente, nem tudo está bem feito, e há zonas que precisam de ser melhoradas e que foram objecto de projectos, de intervenções e financiamentos. E verifica o seguinte: a partir do momento em que o projecto é aprovado e a intervenção é feita, qualquer alteração que seja posta no terreno, ela deixa de ser financiada através dos fundos comunitários. Nós já fizemos algumas adaptações e que agora, no âmbito dos fundos comunitários, estão a ser retiradas essas verbas. Portanto, o que é natural, é que aquelas questões que são mal executadas, terão que ser novamente executadas como deve ser, e existem outras que depois de passarem os prazos que estão devidamente identificados, a Câmara Municipal fará algumas correcções no sentido de melhorar as zonas de intervenção. É evidente que umas, como disseste e muito bem, ficaram com mais funcionalidade, com mais espaço para os peões, mas há questões em termos de enquadramento têm que levar uma afinação. O que eu digo é que, podem ser melhoradas a seu tempo e, com certeza, serão melhoradas através de intervenções pontuais. Sobre a questão da Sofia Araújo, quero dizer que: é evidente que Albufeira é o concelho onde a taxa de natalidade é maior a nível nacional. Onde cada vez temos mais jovens e onde temos feito um grande esforço, nomeadamente na construção de infraestruturas desportivas. Obviamente que temos feito, como vocês sabem no âmbito do futebol, os sintéticos, estamos agora a acabar aquele espaço de desportos radicais, já se construiu um pavilhão em Paderne. Na escola Secundária que agora estamos a construir, aliás, que o Estado está a construir em Albufeira, para dar resposta à situação que a Sara Simões referenciou,

nesse espaço da escola que era proposto um pavilhão pequeno, nós vamos assumi-lo a contrapartida para que fique aí um pavilhão grande junto à Escola Secundária para dar mais resposta. Por outro lado, há um projecto de um outro pavilhão, que está pronto, está apenas a ser verificado por uma equipa todas as situações, para ser lançado concurso, para que não haja situações de variações nos custos dessa obra. É uma obra importante, é uma obra que em termos daquilo que são as dimensões para todas as modalidades em termos desportivos é o que está equacionado, tem uma capacidade para 1400/1500 espectadores, portanto, vai dar e permitir grandes intervenções em termos de desporto. Aquilo que me estás a dizer, em relação a equipamentos de referencia que melhorem e complementem isto: ficou acordado há duas semanas, entre o antigo dono da Praça de Touros e o Promotor, a aquisição daquele equipamento com vista à requalificação total da Praça de Touros para um pavilhão polivalente. Pavilhão esse, que vai ter todas as funções em termos de espectáculos, para grande eventos, desportivos, ou seja, um grande centro de congressos com essas complementaridades todas. Penso que isso vem dar uma grande ajuda e vem dar um grande salto qualitativo naquilo que é a necessidade de equipamentos com estas valências em Albufeira. É no âmbito dos privados, obviamente, mas é feito e conseguido no sentido de se fazer uma requalificação de um grande equipamento em Albufeira. Por outro lado, nós estamos a trabalhar também, num programa que tem um Auditório, tem uma parte cultural chamada "Museu do Turismo", que ainda há pouco tempo foi aqui apresentado e, ainda hoje, seguir para a CCDR e para a AMAL esse projecto para candidatura no âmbito TEM. Tem componentes culturais, componentes científicas e um Auditório com capacidade para 1010 lugares. Isto é o que está perspectivado em termos de ideias, em termos de projectos. É evidente que isto não vai acontecer amanhã, nem daqui a oito dias, mas o que vai acontecer é que, pelo menos estas obras, ou pelo menos estas intenções, estão todas no terreno de maneira a que quando houver condições financeiras, essas obras possam avançar. E esses são equipamentos que vêm claramente dar uma resposta forte à oferta de Albufeira, até porque face à capacidade hoteleira que tem, face ao número de residentes e face ao número de jovens que nascem nesta cidade, são equipamentos que são importantes, cada vez mais. O que está previsto é que, a Escola Secundária esteja pronta no ano lectivo 2008/2009. Penso que em relação às questões dos alunos da Escola, mais ou menos respondi às questões. Há alguma em falta? Em relação à emigração, quero dizer que nós, em breve, vamos abrir um Gabinete de Apoio ao Emigrante. Neste momento, o equipamento está praticamente concluído, penso que em Janeiro/Fevereiro abrirá. E nesse contexto, todos aqueles sendo emigrantes, terão um espaço onde podem colocar as questões e pedir informações. Penso que dá resposta à questão que levantaste. -----

Sobre a questão que o Luís Afonso apresentou aqui, é uma situação que é a primeira vez que a estou a ouvir. Confesso que não tenho aqui elementos suficientes para dar resposta, mas eu queria perceber isto melhor. Sobre a intervenção do Dr. Alexandre Freitas, foram apresentadas cinco ou seis questões. Primeiro, em relação à Iluminação de Natal: foi objecto de concurso público, tínhamos uma estimativa de concurso que andava perto dos trezentos e trinta mil euros. A empresa que ganhou e está a montar, o valor global anda perto dos duzentos e quarenta mil euros. Foi objecto de concurso, é

público. A Passagem de Ano, neste momento temos algumas parcerias que estamos a acertar, nomeadamente com a Sagres, a Marina. O valor neste momento aponta para os trezentos e cinquenta mil euros, mais ou menos. Em relação ao IRS, a proposta que aqui está é de baixar 1% em relação àquilo que é a taxa de referência, que é 5%. Entendemos que podemos deduzir um ponto. Em relação aos parques infantis, nós temos vários parques infantis e alguns estão a ser requalificados. É evidente que os conheço, mas actualmente não sei a situação deles. Mas já agora e uma vez que fez esse trabalho, que me entregasse para eu, em pelo menos naqueles que você diz que estão tão degradados, eu chamar à responsabilidade a equipa responsável que trata desse assunto, porque uma das questões é a segurança das crianças. Se existem questões que não estão bem, eu até agradeço essa referência, para a corrigir de imediato. Não tenho outra explicação para lhe dar. Muitas vezes acontece por vandalismo, por mau uso desses equipamentos, a preocupação que nós temos é, quando a detectamos, é inutilizar até que sejam substituídas por novas peças. Quando temos esse conhecimento ou quando é dada essa informação, a primeira coisa a fazer é retirar aquilo que possam causar problemas de ordem física às crianças. Quanto às questões, dos horários das refeições e às cozinheiras, eu pedia ao Sr. Vice-Presidente que desse essa informação. -----

Vice-Presidente da Câmara - Boa noite a todos. Primeiro, quero saudar os alunos da Escola Secundária de Albufeira por estarem aqui presentes, onde eu durante vários anos andei também, dezoito anos. É com agradável surpresa que vi esta sala cheia, não numa manifestação popular, mas até com uma certa elevação ouvimos as questões colocados por eles. Felicitar a minha colega Dra. Francelina, por ter-se lembrado, é sempre óptimo, e como disseram aqui, a expressão oral é sempre importante, e como disse o Sr. Presidente da Câmara, é importante como funcionam os órgãos e o que nos rodeia. É extraordinariamente importante para vocês, que estão a continuar uma vida de ensino secundário, daqui a dois anos alguns irão para o ensino superior, outros não, não podemos ser apenas um país de doutores e engenheiros, também há outras profissões, tão nobres e tão dignas, mas se for esse o vosso desejo que encontrem os destinos profissionais bem ao vosso gosto. -----

As questões que o Dr. Alexandre Freitas colocou aqui e, relativamente aos almoços escolares dos alunos das escolas do 1º ciclo e Jardim-de-infância, provavelmente, com certeza que tem que haver um desfasamento de horários, porque a cantina não suporta nem comporta o número de alunos que essa escola tem. Faço lembrar que há seis anos que estamos no executivo, já construímos três escolas do 1º Ciclo, já são umas vinte e quatro salas construídas. Salas de jardim-de-infância, já construímos nestes seis anos, doze salas. Em seis anos já fizemos alguma coisa, não digo que é muito ou que é pouco, não é o suficiente. A escola da Correia é um exemplo paradigmático dessa situação. Tínhamos há três anos um regime normal, oito salas de aulas, oito turmas, em que todos os alunos podiam ir almoçar praticamente à mesma hora e, neste momento já há doze turmas, são mais quatro turmas, já deixou de funcionar em regime normal. Por isso, é que temos previsto, o projecto de arquitectura já está terminado, estamos em fase de projectos de especialidades, já estaria pronto se não tivesse havido um problema no concurso, que teve de ser anulado, é pena, para uma nova escola em Vale

Pedras, junto à nova escola secundária que está a ser construída lá, como o Sr. Presidente referenciou há pouco. Portanto, tudo isto faz com que tenha-se sentido esses problemas com essa nova construção e com as novas ampliações que temos previstas aí e com a nova escola na Guia, que está prevista a sua construção nos próximos dois anos, permitirá que funcionem em regime normal e que, obviamente, as cantinas escolares consigam absorver em tempo normal, com certeza que não haverá lugar para todos os alunos ao mesmo tempo, é quase impossível, tínhamos de ter cantinas enormes, em nenhuma escola isso acontece, mas tentamos minimizar isso. Relativamente às cozinheiras, o HACCP, não sei se sabe, já temos uma escola com essa implementação. Todas as cozinheiras tiveram formação em Higiene e Segurança no Trabalho e estamos a pensar, é o nosso objectivo, que até ao final do ano lectivo todas as escolas tenham o HACCP. Não será fácil, mas penso que é possível. -----

Não havendo mais intervenções por parte do Público, o Presidente da Assembleia inicia o Período da Ordem do Dia. -----

### **ORDEM DO DIA PONTO PRIMEIRO**

Suspensão de mandato por um período de 120 dias do membro desta Assembleia Municipal, Cristiano José da Ponte Cabrita; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavras aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros, passa-se à votação. -----

**VOTAÇÃO:** -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e seis (26) Carlos Silva e Sousa, Vítor Neto, Francisco Calhau, Paulo Freitas, Fernando Cabrita, José Sequeira, Carlos Gabriel, Ana Patrício, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Francelina Lourenço, Ana Simões, Manuel Gonçalves, Fernando Neves, Francisco Oliveira, Vítor Vieira, Sílvia Rosa, Pedro Ferro, Maria Eugénia Baptista, Maria Perpétua Ramos, Ricardo Silva, Hélder Sousa, Fernando Gregório, José Cabrita, Berto Palma e Francisco Guerreiro. -----

Ausências: zero (00) -----

**A proposta foi aprovada por unanimidade** -----

### **PONTO SEGUNDO**

Aprovação das actas das sessões de 23/04/2007 com continuação em 27/04/2007 e 14/05/2007; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavras aos Membros da Assembleia. -----

Fernando Neves - Sobre a acta de 23 de Abril. A página trinta está incompleta e na página trinta e um o seguimento não está correcto. Há aqui qualquer coisa. -----

Presidente da Assembleia - A vinte e nove está completa, a página trinta é que não está. Foi erro de impressão, mas é melhor retirar da Ordem do Dia e virá na próxima sessão para votação. -----



Não havendo mais intervenções por parte dos membros, passa-se à votação da acta seguinte. -----

**VOTAÇÃO: Acta de 14/05/2007**-----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e seis (26) Carlos Silva e Sousa, Vítor Neto, Francisco Calhau, Paulo Freitas, Fernando Cabrita, José Sequeira, Carlos Gabriel, Ana Patrício, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Francelina Lourenço, Ana Simões, Manuel Gonçalves, Fernando Neves, Francisco Oliveira, Vítor Vieira, Sílvia Rosa, Pedro Ferro, Maria Eugénia Baptista, Maria Perpétua Ramos, Ricardo Silva, Hélder Sousa, Fernando Gregório, José Cabrita, Berto Palma e Francisco Guerreiro. -----

Ausências: zero (00) -----

**A proposta foi aprovada por unanimidade** -----

### PONTO TERCEIRO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da fixação das taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis para 2007 respeitantes a prédios urbanos e a prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI, nos termos da alínea e) e f) do n.º2 do art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavras aos Membros da Assembleia. -----

Francisco Oliveira - É a primeira vez que me é concedida a palavra e, gostaria também de me dirigir aos alunos que estão aqui presentes da Escola Secundária de Albufeira, congratulando a vossa presença e realmente ficar contente com a vossa intervenção. De facto, é uma intervenção que demonstra alguma acuidade naquilo que são as questões sociais, e penso que vocês fizeram um trabalho importante no sentido de saberem quais as questões que neste momento podem interessar e serem problemáticas relativamente ao concelho. Nesse sentido, de facto, desejo-vos a melhor sorte também no futuro, nas vossas profissões e continuando com este óptimo trabalho, com certeza, que agradam à Dra. Francelina e terão muito sucesso. -----

Relativamente à questão e, antes de entrar no conteúdo da mesma, não sei se não seria importante e levantaria a questão à Assembleia, se este ponto não deveria ser discutido em simultâneo com o ponto onze, que é a proposta da Coligação Democrática Unitária sobre as questões do Regime especial do IMI. -----

Presidente da Assembleia - Não! São assuntos diferentes. Uma coisa é o Regime Especial, outra coisa é a fixação das taxas. -----

Francisco Oliveira - Mas como esta proposta, que nós agora vamos debater, trás também Regime Especial. -----

Presidente da Assembleia - Certo, mas isso vai ser visto a seguir. Na parte seguinte e que poderá haver alguma sintonia, mas de qualquer forma, é sempre diferente. Neste momento o que está colocado à discussão é a fixação para o concelho de Albufeira da taxa para prédios urbanos e para prédios avaliados nos termos do CIMI. -----

Francisco Oliveira - Mas a proposta é única? -----

Presidente da Assembleia - Neste memento só tenho aqui uma proposta, mas podem ser apresentadas outras propostas. -----

Francisco Oliveira - Mas nessa proposta única, levanta-se não só a questão da fixação da taxa, como também o Regime especial. -----

Presidente da Assembleia - São coisas distintas! Mas querem discuti-los em conjunto? Eu acho que não! -----

Francisco Oliveira - Então nós apresentamos uma proposta (doc.1). -----

### Proposta

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Albufeira.

Considerando que a proposta relativa às taxas do imposto municipal sobre imóveis para o ano de 2007 respeitantes a prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI único contempla diversas vertentes do assunto em discussão;

Considerando que o Partido Socialista concorda com a maioria das deliberações contidas na proposta enviada pelo executivo camarário;

Considerando que o único ponto em que discorda da posição assumida pelo Executivo Camarário reside na fixação da taxa de 0.47% para os prédios avaliados nos termos do CIMI, para a qual apresentou em alternativa uma taxa de 0.40%, em virtude dos valores das avaliações serem elevados;

Propõe:

Que seja aprovada a proposta apresentada a esta Assembleia Municipal com a alteração de 0.47% para 0.40% para os prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI.

O Partido Socialista

27 de Novembro de 2007

Presidente da Assembleia - Temos mais uma proposta, de 0,40 para prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI, do Partido Socialista. -----  
Fernando Neves - Apresenta proposta (doc.2). -----



## PROPOSTA

Ao longo dos anos de vigência deste novo Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), a Coligação Democrática Unitária tem alertado para a aplicação por parte da Câmara Municipal de Albufeira de elevadas taxas actualmente 0,7.

Dando razão e indo de encontro às nossas propostas o Executivo camarário veio a baixar a taxa que incide sobre os prédios urbanos para os 0,6%. Tal como nós denunciámos não existia razões para o executivo camarário aplicar durante os anos anteriores tão elevadas taxas que só vieram contribuir para um agravamento da carga fiscal sobre as famílias.

A CDU encontra razões igualmente para propor a este executivo que efectue uma idêntica diminuição da taxa que incide desta feita sobre os novos imóveis (CIMI) já avaliados de 0,47% para 0,4 %. Temos em razão de conta para esta proposta a dificuldade que os jovens em início de vida apresentam para iniciar uma vida em conjunto e comprar casa. Sabemos do crescente aumento das taxas de juro que incidem sobre os empréstimos e pensamos não ser justo incidir sobre estes mais uma taxa avultada que todos os anos lhes trará mais um encargo.

Tendo em conta o acima proposto, propõe a Coligação Democrática Unitária na Assembleia Municipal de Albufeira que: a Assembleia Municipal vote a aplicação da taxa de 0,6% para os prédios urbanos e de 0,4% para os prédios avaliados nos termos do CIMI.

Albufeira, 27 de Novembro de 2007  
O eleito da CDU

Fernando Neves

Quero mencionar mais uma coisa: A CDU também considera importante reforçar o que aqui já foi dito sobre a presença dos alunos da Escola Secundária de Albufeira nesta sessão. Congratulamo-nos e agradecemos a com a vossa presença. -----

Na parte D da proposta que está subscrita pelos Vereadores Fernando Anastácio e Domingos Coelho, relativamente à questão dos prédios degradados, ninguém se pronunciou aqui. Falou-se aqui na fixação da taxa do IMI, mas pergunto, relativamente

a esta questão em que se propõe que a Câmara Municipal de Albufeira delibere conforme o disposto no n.º8 do art.112º do IMI ....

Presidente da Assembleia - Se me dá licença, essa questão ainda não foi posta a discussão, será a seguir.

Em relação aos prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI, temos: uma proposta do PSD de 0,47; uma do PS de 0,4; e outra da CDU de 0,4. Em relação aos prédios urbanos: uma proposta do PSD de 0,6; e da CDU de 0,6. Vou colocar as propostas que existem iguais, à votação, as de 0,6.

**VOTAÇÃO: prédios urbanos - taxa 0,6**

Votos Contra: zero (00)

Abstenções: zero (00)

Votos a favor: vinte e seis (26) Carlos Silva e Sousa, Vítor Neto, Francisco Calhau, Paulo Freitas, Fernando Cabrita, José Sequeira, Carlos Gabriel, Ana Patrício, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Francelina Lourenço, Ana Simões, Manuel Gonçalves, Fernando Neves, Francisco Oliveira, Vítor Vieira, Sílvia Rosa, Pedro Ferro, Maria Eugénia Baptista, Maria Perpétua Ramos, Ricardo Silva, Hélder Sousa, Fernando Gregório, José Cabrita, Berto Palma e Francisco Guerreiro.

Ausências: zero (00)

**A proposta foi aprovada por unanimidade**

**VOTAÇÃO (em alternativa): prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI**

**Taxa 0,47% (proposta pelo PSD)** - Votos favoráveis: quinze (15) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Paulo Freitas, José Sequeira, Carlos Gabriel, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Ana Simões, Manuel Gonçalves, Vítor Vieira, Sílvia Rosa, Maria Eugénia Baptista, Maria Perpétua Ramos, Hélder Sousa e José Cabrita.

**Taxa 0,4% (proposta pelo PS e CDU)** - Votos favoráveis: onze (11) Vítor Neto, Fernando Cabrita, Ana Patrício, Francelina Lourenço, Fernando Neves, Francisco Oliveira, Pedro Ferro, Ricardo Silva, Fernando Gregório, Berto Palma e Francisco Guerreiro.

**Foi aprovada a taxa de 0,47 %**

Presidente da Assembleia - Agora, no mesmo ponto, vamos passar à discussão de uma proposta que vem aprovada pela Câmara Municipal e sob proposta do Partido Socialista, que contempla dois pontos: o primeiro é, que a Assembleia Municipal de Albufeira delibere em minutar em 20% a taxa que vier a vigorar no ano de 2007 em relação á freguesia de Paderne. Neste momento coloco este ponto à discussão.

Francisco Calhau - Antes de entrar no ponto, gostava também de saudar os jovens da Escola Secundária de Albufeira que hoje estão presentes aqui, que é muito agradável vê-los e que esperemos que possamos contribuir todos com a discussão destes assuntos, que são assuntos interessantes e importantes para o concelho, para aquilo que é o objectivo da vossa presença cá. Nesse sentido passarei a discutir a questão. --- Eu vivo na freguesia de Paderne e quando vi a proposta apresentada, por sentimento, pareceu-me muito agradável. A primeira reacção foi, a de aprovar a proposta apresentada pelo Partido Socialista. E, evidentemente que, procuramo-nos esclarecer

sobre a bondade, o objectivo e o alcance dessa proposta. Evidentemente não interessam as questões particulares de cada um, mas é sabido que nesta Assembleia sempre tem defendido assuntos que tem a ver com a freguesia de Paderne e a sua especificidade, bem como os seus problemas de interioridade a nível do concelho. Chamamos no entanto a atenção para o facto de, embora sendo um concelho pequeno, ainda conseguimos ter interioridade no nosso concelho e, essa interioridade, normalmente dizer respeito a esta freguesia. Acontece neste caso, embora aparentemente a medida e a proposta pareça ser no sentido de favorecer a freguesia contra uma injustiça que se tem estado a praticar, na verdade não existe essa injustiça, pelo que a medida poderá eventualmente ferir o equilíbrio que nós temos em termos de respeito por todos os cidadãos do concelho de Albufeira. Porque na realidade, o concelho de Albufeira, está estruturado pelo que se designa por coeficientes de zonamento, em que Paderne é extremamente beneficiada relativamente ao resto do concelho. Estes coeficientes de zonamento existem a nível de habitação, a nível de indústria, a nível de serviços, a nível de comércio, que, em geral são, principalmente a nível de habitação, coeficientes extremamente baixos. São dos coeficientes mais baixos do concelho de Albufeira e chegam a ser mais baixos, nas zonas adjacentes, do que nos concelhos vizinhos, especificamente, no concelho de Silves na zona de Tunes e no concelho de Loulé na zona do Malhão, em que os coeficientes sobem drasticamente, nomeadamente na zona afecta a Boliqueime que o coeficiente é de 1,2, enquanto no nosso concelho em Paderne é 0,7. Se formos comparar estes mesmos dados com Tunes, é 0,75. Portanto, na realidade o que nós constatamos é que Paderne já beneficia dessa vantagem relativamente ao problema da interioridade que tem e, portanto, não vemos qual é a benesse da proposta que é apresentada. Embora à partida a proposta traga benefício para a freguesia, em nosso entender e face aos valores que referi para os coeficientes de zonamento, o que nós podemos é estar a cometer uma grande injustiça perante o resto do concelho de Albufeira, e isso deve ser evitado. Não concordamos, evidentemente, com essa proposta. -----

Francisco Oliveira - Srs. Deputados, convém esclarecer desde já que esta proposta, é uma proposta que apesar de ter sido introduzida pelos Vereadores do Partido Socialista, foi aprovada em sessão de Câmara e passou a ser uma proposta do executivo camarário. Aliás, nem outra coisa poderá ser, porque com a maioria que existe no executivo camarário, se ela não tivesse sido aprovada, teria sido chumbada e não viria à Assembleia Municipal para aprovação. Eu reconheço que, eventualmente, possam existir situações de diferenciação, mas a ideia é mesmo essa. A ideia é realmente contribuir para a não desertificação do concelho e para combater a interioridade. E portanto, a acrescer toda esta determinação positiva que o Eng. Calhau acabou de referir, o Partido Socialista entende que, mesmo assim, é de beneficiar, efectivamente, a freguesia mais interior do concelho de Albufeira. E nesse sentido, parece-me que, deveria entender-se aprovar nesta Assembleia a proposta que, embora iniciativa do Partido Socialista é, de facto, proposta do executivo camarário. --

Paulo Freitas - Devo iniciar este ponto com um pequeno esclarecimento. Já não é a primeira vez que aqui o fazemos, mas tem a ver com a separação de competências e da

origem dos documentos. Obviamente que, sendo uma proposta do Partido Socialista e tendo sido aprovada em reunião do executivo, passa a ser uma proposta do executivo. Proposta essa que nos chega aqui para que a possamos votar positiva ou negativamente. E, é nesse momento, que se põe em causa os poderes da Assembleia Municipal como órgão deliberativo por excelência. Não estamos presos às deliberações da Câmara Municipal, independentemente da sua origem, independentemente da sua apresentação, estamos sim, vinculados aos princípios que regem a responsabilidade de cada um dos eleitos e esta sim, vinculada aos princípios da própria Assembleia Municipal. Poderes esses que, volto a dizer, não são reféns das deliberações da Câmara Municipal. No que diz respeito à bondade da proposta propriamente dita, um dos justificativos desta proposta tem a ver com política de discriminação positiva ou negativa e, também, se calhar a mais importante, segundo se acabou de basear o Dr. Francisco Oliveira, no combate à desertificação do interior e que sejam simultaneamente apelativas à fixação da população. Bem, nós temos de fazer aqui uma pequena resenha do que é o Imposto Municipal sobre Imóveis. Isto não deixa de ser uma medida genérica para a freguesia de Paderne. Qualquer pessoa que tenha como intuito uma habitação que seja a sua habitação própria e permanente, só por si, se estiver dentro dos critérios legais, tem direito a uma isenção por esse facto, isenção essa que pode ir até seis anos. Ora, isto só por si é um elemento agregador e auxiliar de fixação dos jovens e de qualquer pessoa que pretenda ter a sua habitação própria e permanente em qualquer freguesia. Em primeiro lugar e em segundo lugar: estamos a partir de um critério universal só para a freguesia de Paderne, vamos beneficiar tanto aqueles que podem, efectivamente, suportar o custo do Imposto, como aqueles que não o podem. Não estamos falar de um critério subjectivo, estamos a falar de um critério meramente geral, em que a própria Lei não faz a destrição dos critérios subjectivos que nós estamos a querer fazer em termos de freguesia na sua generalidade, nem tão só municipal a certos núcleos. Com isto violamos de certa maneira, em nosso entender gravemente, o princípio que é, o princípio da igualdade. Porque os critérios que pautam esta proposta que vem da Câmara Municipal, tem como perigo o beneficiar uma freguesia em detrimento das outras, quando essa própria freguesia já mereceu benesses em termos de zonamento. Não querendo atacar a proposta em si, mas o conteúdo dela no aspecto da sua eficácia prática, parece-nos de algum modo que esta proposta vem ferida de conteúdo, se calhar mais preocupada com o aproveitamento político da questão, porque a freguesia de Paderne é-nos querida a todos e este executivo tem-no demonstrado desde que tomou posse, com as melhorias das acessibilidades, com as melhorias nos equipamentos, com a introdução de equipamentos, com equipamentos de carácter social, com investimentos também de carácter social na freguesia que tem em vista não só implementar a visita da própria freguesia como, digamos, a fixação de residentes naquela freguesia. Ora, isto em nosso entender é de salutar, o desenvolvimento que se tem vindo a apostar naquela freguesia e não de um modo fácil de obter aproveitamento político com esta medida, que em bom rigor quase ninguém das pessoas que numa primeira análise poderiam a vir a ser beneficiadas, dela retirarão qualquer benefício. -----

Carlos Gabriel - Eu para reforçar a posição do meu anterior colega de bancada, apresento aqui os dados um pouco mais concretos sobre o Imposto Municipal sobre Imóveis, em que isenção para o ano de 2007, todos os imóveis até cento e cinquenta e sete mil e quinhentos euros, têm uma isenção até seis anos. Entre cento e cinquenta mil e quinhentos euros a duzentos e trinta e seis mil duzentos e cinquenta euros, têm três anos de isenção. Ou seja, se nós comprarmos uma habitação para habitação própria permanente, é normal que, numa freguesia onde a construção é mais barata, é mais fácil comprar um apartamento ou uma vivenda por um valor mais baixo, logo, efectivamente, é uma posição favorável a fixar população nessa zona. Depois, a fórmula de cálculo do IMI tem vários coeficientes, tem o coeficiente de afectação, tem o coeficiente de localização, tem o coeficiente de qualidade de conforto, tem o coeficiente de robustez, tem o coeficiente VC, que é o custo médio de construção por metro quadrado mais o valor do metro quadrado do terreno de implantação da mesma fixada em vinte e cinco por cento desse custo e tem a área que é calculada entre a área bruta privada, área bruta dependente, área do terreno livre e área do terreno livre restante. São fórmulas complexas, mas que ao aplicarmos numa zona interior e de mais baixos custos, efectivamente vais ter um valor muito mais baixo de quando é aplicado numa zona residencial ou junto à costa. Eu penso que a fórmula salvaguarda todas as situações dentro do país inteiro. Existem tabelas para os diferentes coeficientes e, portanto, ao aplicar essa tabela na freguesia de Paderne, dá um valor muito mais baixo do que sendo aplicado, por exemplo na freguesia dos Olhos d'Água ou na freguesia de Albufeira. Não vejo justificação para colocar um critério especial para a freguesia de Paderne, quando ele efectivamente, pelo um cálculo do IMI, já está considerado. -----

Vítor Neto - Eu estou verdadeiramente estupefacto com estas intervenções. Gostava de assinalar um acontecimento interessante que se verificou aqui esta noite na Assembleia Municipal de Albufeira, é um facto político relevante que é, os Membros da Assembleia Municipal do PSD, desconfessam uma decisão aprovada pelo seu executivo, onde têm a maioria. Isto é um facto relevante que tem de ser levado ao conhecimento da população. O concelho não quer interpretar, não quer ser analista político, mas de facto passa-se aqui qualquer coisa. E já agora, mostra uma descalibragem evidente e um prejuízo concreto para a população de Paderne. Nós estamos a falar de um dos concelhos, não digo mais rico do país, mas um concelho com capacidade financeira, que vai baixar o IRS para a sua população, vai ter um conjunto de medidas interessantes e que depois, perante a freguesia de Paderne, uma freguesia do interior, uma freguesia onde as pessoas procuram evoluir mas que evidentemente não têm as condições, uma freguesia do litoral, o PSD tem uma posição contra àquilo que o seu executivo propôs. Eu agradecia que o colega do PSD que falou agora que fosse a Paderne explicar à população as vantagens que tem em não se fazer esta comissão. É muito melhor para eles que fique tudo na mesma e o curso pode começar já para a semana, falar um a um e explicar, fazer as continhas para demonstrar que não baixando estes 20%, isso é mais vantajoso para as populações. Obrigado. -----

Paulo Freitas - Só gostaria de voltar a relembrar que não somos reféns das deliberações da Câmara Municipal; gostaria de relembrar também, não há muito tempo,

se não estou em erro, na ultima ou na penúltima sessão, em que toda a Assembleia Municipal votou contra uma proposta da Câmara Municipal, relativamente à alteração do concurso sobre a limpeza urbana no concelho. Não é a primeira vez! E não será certamente também a ultima vez, que são votadas proposta em sentido contrário não só da nossa bancada, mas isso veremos. Eu explico como é que voto contra um benefício de 20% para a freguesia de Paderne: eu tenho dificuldade de chegar à freguesia das Ferreiras, por exemplo, àquelas pessoas que vivem no limite com a freguesia de Paderne e explicar porquê que de um lado da linha eles têm uma benesse de 20% e do outro lado, na freguesia das Ferreiras, onde o problema é exactamente o mesmo, eles têm de pagar o seu imposto na totalidade. Isto é que eu tenho dificuldade em explicar. Não é explicar o porquê que eles deixam de ter benefício, é explicar porquê que os outros também não o têm; ou por exemplo, ir à freguesia da Guia, e explicar às pessoas que estão a Norte da EN125, praticamente junto ao concelho de Silves, porquê que também não têm essa benesse; ou na própria freguesia de Albufeira, como é que as pessoas que têm exactamente os mesmos problemas, não têm a benesse de terem um benefício de 20% no seu imposto. E o que eu referia aqui à pouco, é precisamente o perigo de ao se deliberar sob a capa de protecção da desertificação e da fixação de pessoas, estarmos a criar problemas bem maiores, que aí não somos nós a ter que explicar o porquê que Paderne não tem, mas explicar ao concelho todo porquê que só Paderne tem. Posso passar o repto e isto tem a ver com a Lei, e aqui aposto que teríamos a unanimidade, se V. Exas. tivessem a coragem de apresentar uma Moção ao Governo para rever o Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, com vista a criar elementos subjectivos, tendo em vista a capacidade financeira de cada um dos municípios e, criar com esse elemento um critério fixador do imposto a pagar. Não na generalidade, porque quem tem capacidade para pagar deve efectivamente pagar, quem não tem essa capacidade, uma vez demonstrada, deve ter a possibilidade de ver o seu imposto reduzido. Se V. Exas. Apresentarem aqui essa Moção, garanto-lhes com certeza que ela sai daqui vitoriosa por unanimidade. -----

Francisco Oliveira - Eu, de facto, não queria desenterrar esta questão, foi o Dr. Paulo Freitas que a desenterrou, sobre a unanimidade da votação de uma proposta que veio do executivo camarário há duas ou três sessões atrás, porque me parece que estamos a falar de coisas completamente diferentes. Estamos a falar de uma proposta que aumentava, em não sei quantos milhões, a despesa da Câmara e estamos a falar de uma proposta que vinha no mínimo cheia de irregularidades. Por acaso até não se foi mais fundo em toda esta situação. O que nós estamos aqui a fazer é, algo permitido pela Lei e algo que é referido no próprio artigo do CIMI. Mas depois fico estupefacto quando há uma intervenção que diz que, o próprio Código em si, e com os zonamentos e os coeficientes, têm tudo resolvido. Portanto, o art.112º do CIMI não tem qualquer valor em termos de aplicação no país não se aplica em lado nenhum, porque efectivamente os coeficientes a aplicar são por si só, bastantes. Também não vejo a necessidade de irmos para uma discriminação positiva relativamente ao rendimento, porque a vossa intervenção foi no sentido de que, efectivamente, o CIMI já contemplou e portanto, não à de minorar o que quer que seja. -----



Francisco Calhau - Vou tentar ser mais claro na intervenção. Eu penso que é um bocado estafado, tentar aproveitar essa pequena deixa de que a Câmara aprovou a vossa proposta que foi apresentada e o PSD na Assembleia não vai aprovar para tentar criar aqui um facto político, diga-se de passagem que um facto político muito pequenino. Para o PSD a democracia não é unicidade na opinião e, portanto, os órgãos são independentes, e nós fazemos leituras em tempo real. Muito provavelmente, digo eu, que face à proposta do Partido Socialista, é fácil no momento a pessoa sentir a "bondade da proposta". No entanto o PSD na Assembleia teve tempo para analisar essa proposta e considerar que não é assim tão bondosa. Foi o que aconteceu! Foi mais fácil ver a demagogia da proposta e a demagogia chega a este ponto: nós estamos a preponderar quais são os 20% para as pessoas todas da freguesia de Paderne, ricos, pobres, estrangeiros, não há discriminação nenhuma e também com desertificação que é essencialmente, é para os jovens, mas simultaneamente arranjamos um processo que damos de um lado e tiramos de outro, entretanto as casas degradadas pedimos para subirem 35%. Significa que, aqueles que nós estamos a querer beneficiar na freguesia de Paderne, são os pobres, que não podem arranjar as casas, mas que vão ser obrigados a vende-las. As pessoas já têm as casas degradadas porque não as conseguem arranjar, se vamos majorar em 35%, então qual foi a proposta dos 20%? Para nós, isso é perfeitamente demagógico, trata toda a gente da mesma maneira, aqueles que podem, aqueles que não podem, e os estrangeiros que se radicam naquela freguesia, com boas casas, também são tratados da mesma maneira, beneficiam dos coeficientes de zonamento e ainda vão beneficiar disto. Porque não há na vossa proposta diferenciação nenhuma, e essa é que é para nós a situação que leva a que essa proposta, bem analisada, com tempo, coisa que eventualmente entendemos que não houve na altura em que as pessoas votaram essa vossa proposta com essa "bondade" que querem dar, quando a fomos analisar detectamos que se trata toda a gente de uma forma injusta até, porque se põe aqueles que têm possibilidade a beneficiar da mesma maneira do que aqueles que não têm. Na freguesia de Paderne, desculpem que vos diga, nem todos são carenciados. -----

Fernando Cabrita - Eu gostei de ouvir o Dr. Paulo Freitas a falar em que, a proposta revela, realmente, oportunismo político. Ou, efectivamente, as pessoas são muito ingénuas, as que compõem o executivo camarário, nomeadamente aquelas que estão em larga maioria e não têm tempo para estudar os assuntos e se deixam levar por rasteiras e, de facto vai ser difícil é explicar porque é que estão a imputar de oportunismo político uma proposta que tem a subscrição de sete vereadores, dois do PS e cinco do PSD, entre eles o Presidente. Eu penso que há uma coisa que é difícil de explicar aos Padernenses é, porque é que eles não têm uma praia, ou é muito simples, talvez, como é que eles remediarão isso. Talvez fosse a melhor maneira de pensar como é que podem oferecer uma compensação àqueles que têm algum desfavorecimento em relação ao país, não tem esplanada, não tem praia, não tem rendimentos do comércio nem indústria. Há os estrangeiros e os nacionais que podem viver melhor mas, isso será a maioria da população? E não será desejável que alguns dos estrangeiros optem por se fixar em Paderne, precisamente por as condições relativamente a impostos são menores, isso não trás benefícios relativamente aos

restantes residentes de Paderne? São questões, realmente, que se devem equacionar. Portanto, eu não vejo que haja essa discrepância, tão grande, se não era um vazio total esta disposição. Já agora, relativamente ao Eng. Calhau, que teve tempo de estudar, eu ouvi-o repetir várias vezes, é um lapso de língua, que no segundo ponto a majoração que se faz relativamente aos prédios degradados era de 35%, eu acho que são 15%, é o que está cá escrito, afinal, ainda não deve ter tido tempo suficiente para ter lido bem estas duas alíneas. É que eu acho que 15% é muito, devo dizer-lhe. Até embora não se trate aqui de casos particulares, eu devo dizer que, por vezes há uma certa precipitação e talvez mereça melhor estudo, a fixação ou a tentativa de se incrementar aqui o IMI em 15% em prédios degradados, que em alguns pontos dou-lhe razão a ele, quando diz que algumas pessoas não têm possibilidade de os por em pé, mas há aqui aqueles que os querem por de pé, por exemplo, na EN125, e eu estou entre eles, mas deve haver outros nas mesmas circunstâncias, e por alguma razão é que agora se estão a estudar ao que parece, mediadas, para tentar harmonizar e planificar aquilo que hoje na EN125 é um bocado uma anarquia do aproveitamento dos terrenos. A questão é esta: relativamente a esses prédios, há aqueles que os querem recuperar e até os poderão recuperá-los, no entanto, vêem-se com contradições entre as decisões tomadas por diversos departamentos públicos, nomeadamente as Estradas de Portugal autorizam que requalifique o seu prédio e impõem o afastamento de 20m do eixo da estrada, vai-se ter com a Direcção Regional de Agricultura que nos vai dizer que, não pode porque aí é área agrícola, logo não pode recuar, "aproveite e recupere a casa", "mas não pode ser porque as Estradas impõem o contrário", então a pessoa fica amarrada e, não podendo edificar a casa porque alguns obrigam a recuar 20m, outros opõem a que se recue 20m, a pessoa que quer recuperar a casa e não pode. Há uma contradição de critérios entre os diversos departamentos do Estado. Ora, a pessoa nessas circunstâncias também pode estar numa situação desfavorecida, na mediada em que ainda vai "grammar" com o aumento de 15% de IMI, quando afinal de contas queria recuperar o prédio. Portanto, há situações que merecem que sejam bem estudadas. Agora, esta aqui de minorar em 20%, eu concordo. Não moro em Paderne, nem o penso, embora não tenha nada contra a freguesia e até gosto do sossego. Relativamente à outra questão que não estava aqui em análise, mas que já foi rebuscada pelo Eng. Calhau, eu devo dizer que deveria ver melhor os números que aqui estão, embora eu esteja, numa parte, de acordo com ele. -----

Vítor Neto - Eu queria agradecer ao Eng. Calhau a sua segunda intervenção. Veio ainda reforçar a minha convicção de que estamos perante um acto de desconfiança política do PSD ao seu executivo. Porque chamando demagógica à proposta que foi feita pelos militantes do Partido Socialista na Câmara, eis que disseram que os Senhores militantes do PSD são ingénuos, são crianças, deixam-se enrolar e não sabem aquilo que estão a fazer. Acho que isto é de uma gravidade, muito grande. Portanto, eu acho que tem um enorme significado político, pensar que os Senhores Vereadores do Partido Social-Democrata foram enrolados por uma proposta demagógica. Se isto não tem significado político, não sei o que é a política. -----

Francisco Calhau - Realmente enganei-me nos 35%, são 15%, dei por isso depois de o referir. Reduz o problema, mas o problema está lá. O erro é meu, confesso, não são

35%, são 15%, mantêm-se a afirmação com 15%, que é o essencial. Segunda questão: não vale a pena insistir na divisão do partido Social-Democrata! Por aí, é um facto que não vai colher absolutamente nada. Mas podem continuar, á vontade. Não nos condicionam. -----

Adriano Ferrão - Eu queria saudar esta juventude que está aqui, fazem parte da minha Escola e por isso tenho todo o prazer em ouvi-los. Que venham mais vezes, porque fazem falta a estes debates. Até estou inspirado ao olhar para eles. Parece-me de alguma maneira caricato de que nós tenhamos respeito pelas nossas escolas e alunos e que nos consideremos não crianças, quando as suas posições vão alterando e são por vezes até contraditórias e nós tendemos de alguma maneira verificar que elas são válidas e correm todas para um objectivo comum, muitas vezes são trabalhos que são consignados a essas crianças. Ora, essas crianças são jovens e não as pessoas que estão aqui maduras, contentes e que executam as suas profissões, os seus cargos, as suas funções, com zelo e a bem de toda a comunidade. Por isso, o PS tem tentado aqui, já por três vezes, a mesma tentativa cada vez mais reforçada, em anular quase o debate desta questão, propondo ao fim de contas uma amarração, coordenar a bancada do PSD, refém da posição que veio da proposta conjunta do executivo. A separação dos poderes dos órgãos é evidente, está na Lei e, nada nos obriga a acatar. É contraditório, não é contraditório, a posição fica com cada um e cada um faz aquilo que bem entender. Nós não vamos nisso, o PSD está conjunto! Tem uma posição, estudou o assunto e vai continuar a demonstrá-lo, se for necessário! Paderne, não é uma terra de "coitadinhos". É válida, é bonita, tem potencial, por isso vamos tratar os Padernenses com o respeito que merecem e, não tratá-los sempre como o lado inferior do concelho, "os coitadinhos". O PS ao longo de muitos anos e eu estive nesta mesma Câmara bastante tempo e assisti a isso, privilegiou exclusivamente o Litoral, os investimentos eram feitos no Litoral. Ninguém pode esquecer isto, quem tem mais de trinta anos na terra, sabe perfeitamente desta situação. E, enfim, o crescimento balear foi também um dos objectivos da política do PS. As vantagens foram para quem? Para uma meia dúzia de especuladores, os quais deixaram cá estes montes de cimento que ninguém agora quer, mas estão cá. Paderne, nessa altura, estava no esquecimento! Por isso, dizer que, é de alguma maneira demagógica esta proposta que carece de um estudo da situação e dos benefícios inclusivamente para Paderne, parece-me evidente. Isto já foi aqui referido, eu não vou repetir, os meus colegas de bancada já o fizeram. A freguesia de Paderne, como eu disse, tem um potencial próprio, ainda há bocado eu aqui ouvi *"ainda pensei ir para Paderne. Paderne tem um sossego fantástico"*. É se calhar a única zona deste concelho que tem esse sossego fantástico. Mas não fica por aí o potencial de Paderne. Esta natureza diferente da freguesia do resto do concelho, pode ser potenciado e tem sido cuidada por este executivo com obra feita. E essa obra os Padernenses sabem. A Câmara, no seu executivo, tem tentado em Paderne fazer um desenvolvimento sustentado da freguesia e segue o caminho para a urbanização do resto do concelho. Acaba por ser um objectivo camarário e tem conseguido, obra feita, tem uma extensa lista para vos provar isso. Os Padernenses sabem o que têm, não são coitadinhos e de certo não se sentem assim tão desfavorecidos como se quer fazer parecer pela bancada do PS. Com os índices de zonamento que estão aqui nesta carta, é

muito fácil de ver que, é a zona mais favorecida em termos indiciários que está aqui no concelho. Não espanta ninguém que assim o fosse, de qualquer maneira, tudo o que está aqui à roda, nos concelhos limitativos, com efeito zonas que são mesmo adjacentes a Paderne, eu só vejo aqui valores indiciários superiores aos que são praticados em Paderne. Podemos dizer às outras pessoas que vivem no Cerro do Ouro e outras zonas que, estão muito mais favorecidas, e vivem a 50m dos outros de Paderne, que já têm este benefício? Com que direito podemos criar agora um regime de excepção para uma pequena zona, desequilibrando o todo?! -----

Carlos Gabriel - O Sr. Deputado Vítor Neto convidou-me para ir dar uma aula a Paderne. Casei lá, conheço bem Paderne e posso-lhe dizer que vou semanalmente a Paderne e nunca o vi lá. E quando algum cidadão desta freguesia me pedir para eu fazer uma demonstração da fórmula, eu farei com muito gosto. Ao Senhor não, porque o Senhor é economista deve ter o direito e o dever de conhecer a fórmula. Relativamente à proposta de majorar 15% o imposto para prédios degradados, em Paderne, isto é concebível para as pessoas que têm casas antigas, eu conheço algumas delas, não têm hipótese de reconstruir a casa e também não a vão vender porque não a compram. Ninguém vai lá investir, porque não a vai conseguir depois vender porque neste momento não há mercado para a comprar. Isto que aqui está na vossa proposta, ou na proposta da Câmara, é prejudicial às pessoas mais velhas, de todo o concelho. Se nós formos para a zona antiga de Albufeira, vê-se muitas casas velutas à venda e ninguém as compra. Porquê? É caríssima a sua reconstrução e depois não existe mercado para as vender. Este é um ponto negativo nesta proposta. -----

Vítor Neto - Eu agradeço e gostaria que os outros representantes do PSD também revissem todo este ponto, porque confirmam a minha convicção de que estamos perante uma situação única, nova. Porque, de facto, só os vereadores do PSD na Câmara é que não viram tudo isto que aqui referiram e consideraram a Câmara toda tratou os Padernenses como coitadinhos. É uma evidência. Os Senhores estão a desconfessar, é uma afirmação política, os vossos representantes na Câmara Municipal por não terem visto, não conhecerem os problemas, não saberem avaliar, não saberem a situação que está na fronteira com a freguesia de Paderne. É uma desconfissão total, do ponto de vista político. -----

Francisco Guerreiro (Presidente da Junta de Freguesia de Paderne) - Se há alguém aqui que conheça Paderne, sou eu, tenho sessenta e dois anos e sempre lá vivi. O que quero aqui dizer é tão simples quanto isto: já foi falado aqui várias vezes que isto é uma proposta política. Então, se isto é uma proposta política, serve para a Câmara. É o meu entendimento. Se é para nós, é para o executivo também. Acho que não vale a pena estarmos a entrar por aí e, já se perdeu aqui tanto tempo, que eu acho que não faz muito sentido, embora eu goste de ouvir falar em Paderne. Fico satisfeitíssimo com isso. Também quero dizer que me congratulo com a posição que a Câmara tomou neste ponto. Tenho dito. -----

Presidente da Assembleia - É a última ronda de intervenções e depois passamos à votação. Sejam breves. -----

Francisco Oliveira - É para responder directamente ao Sr. Deputado Adriano Ferrão. Fazer uma referência. A Lei não limita que este tipo de alterações e portanto,

especificações, sejam finadas a uma freguesia com um determinado campo, podem ser destinadas a áreas diferenciadas. E portanto essa questão de que a freguesia, nas zonas limite eventualmente tenham as mesmas condições possam ser prejudicadas, não colhe, porque a Lei permite, efectivamente, à freguesia de Paderne ou em determinadas outras áreas que sejam delimitadas, se a Assembleia Municipal assim o definir, o possam fazer. Portanto, o argumento de que havia desequilíbrio não colhe porque, realmente, a Lei permite o fazer. -----

Paulo Freitas - Só gostaria de deixar bem claro que, penso que seja recíproco para todos os Membros desta Assembleia Municipal que, aqui tratam-se ideias. Discutem-se ideias, discutem-se posições, não se atacam pessoas, atacam-se sim posições. Todos os Membros da Assembleia Municipal são eleitos pelos cidadãos eleitores deste concelho, representam todos os cidadãos deste concelho, representam por isso, também, de alguma maneira, o respeito recíproco nas relações sociais que devem pautar a discordância de opiniões. Temos por hábito manter o nível da discussão precisamente, a este concreto nível, de temas, de opiniões, nunca de pessoas e muito menos entrar num ataque pessoal. Creio que isto é um principio basilar da discussão democrática, da coexistência com pessoas que têm opiniões diversas da nossa, mas, que ainda assim, não nos merecem menos ou mais respeito que a outra pessoa que está ao nosso lado. E tanto assim é que, hoje, apesar de estarmos aqui a fazer um ponto de discussão o facto de esta proposta do Partido Socialista, ir a reunião de Câmara, ter sido aprovada em reunião de Câmara e chegar-nos aqui como uma deliberação do executivo, vimos aqui, apesar de todos os ataques à bancada do Partido Social-Democrata neste ponto, nomeadamente no que diz respeito a um tentar assacar uma responsabilização ou uma desconfiança relativamente ao executivo, e perdoe-me o Dr. Fernando Cabrita, ouvimos aqui dizer que ele próprio não concorda com a majoração dos prédios, e isto, salvo o devido respeito, entra também um pouco à talha das críticas que foram feitas ao partido Social-Democrata, nomeadamente à sua bancada, por não estar aqui a fazer peso morto das soluções que lhe são assacadas neste órgão municipal. Eu creio que isto já foi rebatido e acho que nesta altura já se começa a tornar cansativo, estarmos a tentar descascar aqui uma responsabilidade que é perfeitamente normal no âmbito de discussão política e âmbito da discussão das deliberações a aprovar por parte deste órgão deliberativo. Portanto, neste ponto, tenho dito. -----

Fernando Neves - Eu não queria intervir, mas de facto, fui levado a isso, para a CDU se demarcar deste tipo de discussão. Já não é a primeira vez que a CDU diz que não entra em discussão, mas sim os valores que os levam e os trazem aqui. Naturalmente que, embora respeitando as posições de cada Partido que está aqui na Assembleia Municipal, eu acho que deveríamos passar à votação. Este tipo de, digamos, não é bem disputa, ora agora vais tu; ora agora sou eu", é melhor passar à frente e não vamos entrar neste tipo de discussão. Não nos compete a nós julgar se o executivo aprovou esta proposta camarária, e agora a Assembleia Municipal tem poderes para deliberar, vamos deliberar e cada um tem que aceitar o que for aprovado. -----

Presidente da Câmara - É só para dizer que não apreciei em nada a intervenção do meu amigo Vítor Neto. Acho que foi um pouco baixo em relação àquilo que é o respeito pelo executivo e o respeito pelos órgãos desta Câmara. Portanto, tenho em si uma opinião

diferente, uma opinião muito forte, como sabe mas, acho que, de uma forma muito aligeirada, pôs em causa a seriedade do executivo. -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros, passa-se à votação. -----

**VOTAÇÃO: proposta de minorar em 20% a taxa de IMI para a freguesia de Paderne** -----

Votos a favor: onze (11) Vítor Neto, Fernando Cabrita, Ana Patrício, Francelina Lourenço, Fernando Neves, Francisco Oliveira, Pedro Ferro, Ricardo Silva, Fernando Gregório, Berto Palma e Francisco Guerreiro. -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos Contra: quinze (15) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Paulo Freitas, José Sequeira, Carlos Gabriel, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Ana Simões, Manuel Gonçalves, Vítor Vieira, Sílvia Rosa, Maria Eugénia Baptista, Maria Perpétua Ramos, Hélder Sousa e José Cabrita. -----

Ausências: zero (00) -----

**A proposta foi reprovada** -----

Vítor Neto - Quero fazer uma declaração de voto. -----

É só por uma questão pessoal, porque discordo completamente com a observação que foi feita pelo Sr. Presidente da Câmara da qual eu esperaria uma intervenção de carácter político sobre intervenções que foram de carácter político. Eu não ofendi ninguém, não fiz nenhuma intervenção baixa. -----

Presidente da Assembleia - Vamos passar à proposta seguinte, já foi aqui aflorada por alguns membros, que é, de majorar em 15% a taxa aplicável a prédios urbanos degradados, constantes como tais os que o seu estado de conservação não cumpram satisfatoriamente a sua função ou façam perigar a segurança de pessoas e bens. A proposta está à discussão. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros relativamente a esta proposta, o Presidente da Assembleia passa à votação. -----

**VOTAÇÃO: proposta de majorar em 15% a taxa de IMI para prédios degradados**

Votos a favor: nove (09) Vítor Neto, Ana Patrício, Francelina Lourenço, Fernando Neves, Francisco Oliveira, Pedro Ferro, Ricardo Silva, Fernando Gregório e Berto Palma. -----

Abstenções: uma (01) Fernando Cabrita. -----

Votos Contra: quinze (15) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Paulo Freitas, José Sequeira, Carlos Gabriel, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Ana Simões, Manuel Gonçalves, Vítor Vieira, Sílvia Rosa, Maria Eugénia Baptista, Maria Perpétua Ramos, Hélder Sousa e José Cabrita. -----

Ausências: uma (01) Francisco Guerreiro. -----

**A proposta foi reprovada** -----

Adriano Ferrão - Apresenta declaração de voto (doc.3). -----

DECLARAÇÃO DE VOTO  
DOS MEMBROS DO PSD DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
DE ALBUFEIRA

Não obstante se compreenda a bondade de aprovação pela Câmara Municipal de «minorar em 20% na freguesia de Paderne a taxa que vier a vigorar no ano de 2007» sob proposta do Partido Socialista, uma vez que ainda sofre de alguma interioridade, envelhecimento e desertificação, na verdade a **hipocrisia** de tal proposta é manifesta, especialmente vinda de uma Partido que esteve muitos anos à frente dos destinos deste concelho e que permitiu durante todo esse tempo a ausência de qualquer investimento em Paderne, privilegiando exclusivamente o litoral e o seu crescimento imobiliário, tantas vezes desastroso e que quando o foi, apenas serviu alguns especuladores (uns já se foram embora e deixaram cá ficar os «monos»).

Diz – se na proposta socialista que esta seria «*uma medida para o combate à desertificação do interior e simultaneamente apelativa à fixação da população*».

Esta simultaneidade de bem, não se consegue perceber. Qual será a diferença entre uma medida para o combate à desertificação do interior e uma medida para fixação da população? Talvez esteja mal escrito e quisesse dizer que o combate à desertificação se faz por fixação da população e atracção de nova população à zona.

Mas independentemente das palavras escritas, supostamente com lógica que pudesse fazer admitir tal conclusão, na verdade a **proposta é oca**, pois não explica como é que tal medida determina tais efeitos.

Por outro lado, qualquer regime de excepção que viole o **princípio da igualdade**, deve ser muito bem justificado com factos que permitam ajuizar com equidade e justiça a adopção ou não dessa excepção.

Não se deve violar o princípio da igualdade, criando um regime privilegiado, sem razões fortes e elas, ou quaisquer factos que as permitam concluir não foram dados, o que leva a não acreditar na bondade da proposta, mas tão só na sua **demagogia**.

Seria bom que nos fossem fornecidos com a proposta, um mínimo de estudo da situação, para que fosse permitido concluir da sua justeza.

O que está em causa é, de facto, que Paderne se encontra numa situação mais injusta se comparada com algumas outras zonas do concelho. Por isso e para que exista igualdade há que contrabalançar a situação fiscal no que aos valores dos imóveis concerne. Ora a verdade é que o concelho de Albufeira, na fixação dos valores dos imóveis tem diferentes zonas, cada uma com coeficientes próprios de valorização consoante a zona. Por exemplo a zona do projecto da Marina, ~~zona de valorização de 2,92~~ ~~tem um índice de valorização de 2,92~~, enquanto a zona de Paderne tem os índices de valorização fixados entre 0,7 e 1,1 ou seja, menos de metade.

Por exemplo na freguesia da Guia, na zona dos Álamos, Vale da Ursa o coeficiente de valorização é de 1,2, na Tavagueira de 1,5 ou dentro da povoação da Guia também é de 1,5.

Por outro lado na freguesia de Ferreiras, o coeficiente de valorização é de 1,45, tem uma zona a norte da EN 125 com o coeficiente de valorização de 0,9, as Fontainhas também com 0,9 e a Mosqueira com 1,2.



Em Albufeira, por exemplo a Av<sup>a</sup> da Liberdade tem um coeficiente de valorização de 1,9 e a Branqueira entre 1,5 e 1,6.

Portanto, só há que concluir que **a freguesia de Paderne tem o coeficiente de valorização do património mais baixo do concelho** e se olharmos para o concelho do lado, de Loulé, verifica – se que a freguesia de Boliqueime, com a qual Paderne confronta, também tem o coeficiente de valorização mais alto entre 1,2 e 1,5.

Portanto, a fixação ou atracção de gente para viver em Paderne que o PSD de facto quer e não faz de conta que quer como outros, tem de passar, não por propostas sem conteúdo ou resultados práticos, mas sim por investimento em Paderne e neste campo da verdade, existe obra feita e investimento em Paderne feito pelo executivo PSD.

Para tal basta dizer o seguinte, em relação obras na freguesia de Paderne:

- Escola do 1º Ciclo e Jardim de Infância
- Pavilhão Gimno – Desportivo
- Requalificação da Estrada Malhão – Paderne
- Saneamento das Almeijóafas
- Requalificação de Paderne envolvente ao Centro de Saúde, Praça Nova e outros arruamentos
- Comparticipação na ampliação do Lar do Centro Comunitário
- Abertura de Concurso para a requalificação da Ribeira de Paderne no valor de um milhão de euros
- Aquisição de terreno para cerca de quarenta fogos de habitação social
- Reforço da Iluminação pública e do abastecimento de água
- Pavimentação de Várias estradas e caminhos
- Iluminação do Castelo de Paderne e a colaboração com o IPAR e com a Junta de Freguesia para a recuperação e abertura ao público do Castelo
- Construção da sede do Padernense a iniciar em breve
- Requalificação do Estádio João Campos e a construção de um campo de jogos sintético, previsto para 2008
- Está a ser executado o estudo do acesso à Via do Infante em Vale Loulé para ser oferecido ao Governo
- Está prevista também a requalificação de mais seis ruas dentro da povoação de Paderne
- O futuro Museu do Barrocal em prédio já adquirido pela Câmara e cujo projecto está em execução
- A requalificação do mercado municipal cujo projecto está a ser executado

Além disso tem sido dado um apoio significativo ao movimento associativo de Paderne (cultural, desportivo, social)

Todas estas obras feitas pelo executivo PSD contrariam a ausência completa de investimento em Paderne durante mais de 20 anos de Câmara Socialista.

Todas estas obras são de quem pretende de facto, que Paderne se desenvolva e que tenha motivos de fixação e atracção de população. E nesse caminho deve continuar o executivo PSD.



A criação de diferentes zonas e taxas diferentes para cada uma delas, feita por técnicos é muito diferente da criação demagógica de regimes de excepção violadores do princípio da igualdade e sem justificação plausível.

Não se vê bem como explicar a um habitante de Ferreiras, Guia, Olhos d' Água, ou Albufeira (pense - se no exemplo da Branqueira), que já sendo penalizados por coeficientes de valorização do património mais altos do que os de Paderne, não tenham direitos iguais.

Quanto aos cidadãos residentes em Paderne, pouco ou nada beneficiariam com uma medida deste tipo, atento por um lado que a maior parte do património urbano já tem provecta idade e valores pouco significativos e quanto ao património novo goza de isenção por seis anos.

Não se vê como, por outro lado, se atrai um jovem a viver em Paderne por ter uma benesse de menos 20% sobre nada, ou seja, a benesse é igual a Zero.

Quanto à demagogia inútil, mas sempre violadora do princípio da igualdade, só restava votar contra.



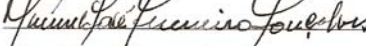

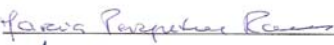
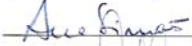
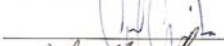
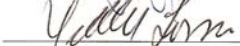



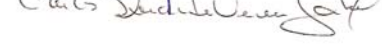
Albufeira, 27.XI.2007

Os Primeiros Subscritores:

  
Carlos Silva e Sousa

  
Paulo Freitas

Subscritores:

#### PONTO QUARTO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da taxa municipal de Direitos de Passagem - Lei das Comunicações Electrónicas, nos termos da alínea e) do n.º2 do Art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavras aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros relativamente a esta proposta, o Presidente da Assembleia passa à votação. -----

**VOTAÇÃO:** -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Carlos Silva e Sousa, Vítor Neto, Francisco Calhau, Paulo Freitas, Fernando Cabrita, José Sequeira, Carlos Gabriel, Adriano Ferrão,

Francelina Lourenço, Ana Simões, Manuel Gonçalves, Fernando Neves, Francisco Oliveira, Vítor Vieira, Sílvia Rosa, Pedro Ferro, Maria Eugénia Baptista, Maria Perpétua Ramos, Ricardo Silva, Hélder Sousa, Fernando Gregório, José Cabrita, Berto Palma e Francisco Guerreiro. -----

Ausências: duas (02) Ana Patrício e Miguel Mesquita. -----

**A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes** -----

### PONTO QUINTO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da fixação da percentagem de participação no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavras aos Membros da Assembleia. -----

Francisco Oliveira - Apresenta proposta (doc.4). -----

### Proposta

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Albufeira relativamente a participação variável no IRS e,

Considerando que os municípios por força da aplicação das várias taxas e impostos locais e nacionais são já obrigados a um esforço acrescido;

Considerando que a hipótese consagrada na lei tem por objectivo uma maior competitividade entre os municípios;

Considerando que esta possibilidade de variação das taxas pretende também chamar e fixar residentes no nosso concelho, que tem já um custo de vida elevado;

Propõe:

Que a taxa de participação no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal neste concelho, que incidirá sobre os rendimentos dos contribuintes referentes ao ano de 2008, sendo a cobrança respectiva efectuada em 2009, seja fixada em 3%.

O Partido Socialista  
27 de Novembro de 2007

Não havendo mais intervenções por parte dos membros, o Presidente da Assembleia coloca as propostas a votação, em alternativa. -----

**PROPOSTA (A)** - proposta pela C.M.A. - **TAXA IRS DE 4%** - Quinze (15) votos favoráveis -----

**PROPOSTA (B)** - proposta pelo PS - **TAXA IRS DE 3%** - Dez (10) votos favoráveis ---

**Foi aprovada a Taxa de 4%, apresentada pela C.M.A.** -----

O Membro Fernando Neves não votou em quaisquer das propostas. -----

Francisco Oliveira - Faz declaração de voto. -----

O Partido Socialista fez a proposta e votou nos 3%, tendo em consideração que a legislação que permite fixar entre 0% e 5%. Portanto, que não se tenha em atenção que se baixou 1%, mas sim que a Assembleia Municipal tem a capacidade de fixar entre 0% e 5%. -----

Antes de se iniciar o ponto seguinte, a Segundo Secretário, Maria Eugénia Baptista, ausentou-se da sala. -----

#### **PONTO SEXTO**

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da aquisição de parcela de terreno, nos termos da alínea i) do n.º2 do Art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro na redacção conferida pela Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

Presidente da Assembleia - É a aquisição de uma parcela de terreno pertencente ao Sr. José Joaquim Guerreiro Baptista e que, vem aqui a proposta com o valor de aquisição de cinquenta mil euros. Eu entretanto recebo um ofício da Câmara Municipal, já depois da convocatória ter saído, no dia 23 deste mês a dizer o seguinte: "*Foi remetido para apreciação desse órgão do assunto acima identificado, no entanto, e tendo em conta o valor da aquisição, cinquenta mil euros, trata-se de matéria da exclusiva competência da Câmara Municipal. Assim solicitamos a V. Exa. que se digne considerar sem efeito a apreciação do presente assunto pela digníssima Assembleia Municipal.*" Mas como estamos em Assembleia, eu coloco o assunto à consideração da Assembleia. Retira-se? -----

Francisco Oliveira - É da exclusiva competência do executivo, qualquer deliberação da nossa parte não tem valor. -----

Presidente da Assembleia - A Assembleia pronuncia-se nesse sentido, então o ponto é retirado! -----

A Segundo Secretário, Maria Eugénia Baptista, regressa à sala. -----

#### **PONTO SÉTIMO**

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da aquisição pelo município de Albufeira, de imóvel sito na freguesia da Guia, concelho de Albufeira, para a construção da Escola E.B. 1,2 e 3, nos termos da alínea i) do n.º2 do Art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção conferida pela Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

Não havendo intervenções por parte dos membros relativamente à proposta, o Presidente da Assembleia passa à votação. -----

**VOTAÇÃO:** -----  
 Votos Contra: zero (00) -----  
 Abstenções: zero (00) -----  
 Votos a favor: vinte e seis (26) Carlos Silva e Sousa, Vítor Neto, Francisco Calhau, Paulo Freitas, Fernando Cabrita, José Sequeira, Carlos Gabriel, Ana Patrício, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Francelina Lourenço, Ana Simões, Manuel Gonçalves, Fernando Neves, Francisco Oliveira, Vítor Vieira, Sílvia Rosa, Pedro Ferro, Maria Eugénia Baptista, Maria Perpétua Ramos, Ricardo Silva, Hélder Sousa, Fernando Gregório, José Cabrita, Berto Palma e Francisco Guerreiro. -----  
 Ausências: zero (00) -----  
**A proposta foi aprovada por unanimidade** -----

Antes de se iniciar o ponto seguinte, o Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Francisco Guerreiro, ausentou-se da sala. -----

### PONTO OITÁVO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da reversão do Direito de Superfície constituído a favor do "Padernense Clube"; -----  
Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavras aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros relativamente a esta proposta, o Presidente da Assembleia passa à votação. -----

**VOTAÇÃO:** -----  
 Votos Contra: zero (00) -----  
 Abstenções: zero (00) -----  
 Votos a favor: vinte e cinco (25) Carlos Silva e Sousa, Vítor Neto, Francisco Calhau, Paulo Freitas, Fernando Cabrita, José Sequeira, Carlos Gabriel, Ana Patrício, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Francelina Lourenço, Ana Simões, Manuel Gonçalves, Fernando Neves, Francisco Oliveira, Vítor Vieira, Sílvia Rosa, Pedro Ferro, Maria Eugénia Baptista, Maria Perpétua Ramos, Ricardo Silva, Hélder Sousa, Fernando Gregório, José Cabrita e Berto Palma. -----  
 Ausências: uma (01) Francisco Guerreiro -----  
**A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes** -----

O Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Francisco Guerreiro, regressa à sala e o Membro Pedro Ferro, ausentou-se da sala antes de se iniciar o ponto seguinte -----

### PONTO NONO

Apreciação e deliberação sobre proposta da Câmara Municipal, de alteração do Plano de Pormenor do Porto de Recreio de Albufeira; -----  
Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavras aos Membros da Assembleia. -----

Francisco Oliveira - Da análise feita a esta alteração, queremos só, muito brevemente, lamentar o facto de este novo projecto de alteração não constar o parque de

estacionamento e, portanto, verificamos que o estacionamento que estaria projectado deixará de existir e, nesse sentido, lamentamos. -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros relativamente a esta proposta, o Presidente da Assembleia passa à votação. -----

**VOTAÇÃO:** -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: uma (01) Fernando Neves -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Carlos Silva e Sousa, Vítor Neto, Francisco Calhau, Paulo Freitas, Fernando Cabrita, José Sequeira, Carlos Gabriel, Ana Patrício, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Francelina Lourenço, Ana Simões, Manuel Gonçalves, Francisco Oliveira, Vítor Vieira, Sílvia Rosa, Maria Eugénia Baptista, Maria Perpétua Ramos, Ricardo Silva, Hélder Sousa, Fernando Gregório, José Cabrita, Berto Palma e Francisco Guerreiro. -----

Ausências: uma (01) Pedro Ferro -----

**A proposta foi aprovada por maioria dos presentes** -----

O Membro Pedro Ferro, regressa à sala. -----

#### PONTO DECIMO

Reclamação apresentada por Cláudia Alcobia sobre o Concurso para Estágio Profissional - Programa Pepal; -----

Presidente da Assembleia - Eu trouxe este ponto à Assembleia, porque foi feita uma reclamação e eu devo encaminha-las para a Assembleia. O ponto está á discussão! -----

Paulo Freitas - Tanto quanto nos é dado a conhecer por esta reclamação, o processo encontra-se sob alçada de decisão judicial. Cumpre-nos, no nosso entender, tomar conhecimento e aguardar pela decisão do órgão judicial, para que, se alguma coisa houver a deliberar por esta Assembleia, seja após essa decisão judicial. -----

Presidente da Assembleia - Portanto, a Assembleia delibera tomar conhecimento. -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros relativamente a esta proposta, o Presidente da Assembleia passa à votação. -----

**VOTAÇÃO: Tomada de conhecimento** -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e seis (26) Carlos Silva e Sousa, Vítor Neto, Francisco Calhau, Paulo Freitas, Fernando Cabrita, José Sequeira, Carlos Gabriel, Ana Patrício, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Francelina Lourenço, Ana Simões, Manuel Gonçalves, Fernando Neves, Francisco Oliveira, Vítor Vieira, Sílvia Rosa, Pedro Ferro, Maria Eugénia Baptista, Maria Perpétua Ramos, Ricardo Silva, Hélder Sousa, Fernando Gregório, José Cabrita, Berto Palma e Francisco Guerreiro. -----

Ausências: zero (00) -----

**A proposta foi aprovada por unanimidade** -----

Presidente da Assembleia - Meus Senhores, o Sr. Presidente da Câmara esteve aqui a

fazer contas e está-me a chamar a atenção de que há um erro de contas. Explique o erro de contas, Sr. Presidente. -----

Presidente da Câmara - Estou a fazer 17.321m a 23,63€ dá um total de 409.295,23€ e aqui a proposta tem 409.260,59. São pequenos acertos mas, depois em termos da escritura e da decisão final, acho que é melhor corrigir aqui para ficar registado em acta o valor correcto. No lugar de 409.260,59e, é 409.295,23. sendo os metros quadrados vezes o valor por metro quadrado. -----

Presidente da Assembleia - É um erro material de mais ou menos 35€. Os Senhores aceitam a correcção do erro material, ou preferem fazer uma deliberação formal a corrigir isto? -----

**Detectado e chamado a atenção, a Assembleia deliberou, por unanimidade, rectificar o valor da proposta.** -----

### PONTO DÉCIMO PRIMEIRO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Bancada da Coligação Democrática Unitária, de uma norma de regime especial do Imposto Municipal de Imóveis, a aplicar no ano 2007 relativamente ao Bairro Social da Quinta da Palmeira; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavras aos Membros da Assembleia. -----

Fernando Neves - Entrego à Mesa um abaixo-assinado dos moradores da Quinta da Palmeira, já entregue na Câmara Municipal no dia 19-10-2007, relativamente a este assunto. -----

OS SIGNATÁRIOS DEVIDAMENTE IDENTIFICADOS E COM DOCUMENTO DO IMI, ANTIGA CONTRIBUIÇÃO AHTÁRQUICA, RESIDENTES NA QUINTA DA PALMEIRA, COMPRADORES DE APARTAMENTO À CÂMARA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA NOS ANOS 92 E SEQUINTE VÊM REQUERER AO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, QUE LHES SEJA ATRIBUÍDA RELATIVAMENTE AO ANO DE 2007, PAGO EM 2008, A TAXA MÍNIMA DO IMI OU SEJA 0,4 SOBRE O VALOR PATRIMONIAL DO IMÓVEL.

O PEDIDO EFECTUADO PELOS SIGNATÁRIOS BASEIA-SE NOS SEQUINTE PONTOS:

- 1- OS APARTAMENTOS FORAM COMPRADOS À CÂMARA MUNICIPAL NUM PROGRAMA DE HABITAÇÃO SOCIAL.
- 2- A SUA UTILIZAÇÃO DESTINA-SE UNICAMENTE PARA HABITAÇÃO PRÓPRIA E NÃO PARA FINS COMERCIAIS OU HOTELEIROS.
- 3- OS PRÉDIOS ESTÃO IMPLANTADOS NUMA ZONA RESIDENCIAL( SENDO DENOMINADO BAIRRO SOCIAL)
- 4- OS PROPRIETÁRIOS TIVERAM QUE GASTAR ALGUMAS DEZENAS DE MILHARES DE EUROS PARA TEREM HABITAÇÃO CONDIGNA, POIS AS ANOMALIAS ERAM DIVERSAS.
- 5- MORADIAS COM PISCINA NO CONCELHO DE ALBUFEIRA CONSTRUÍDAS NOS MESMOS ANOS, PAGAM MENOS IMI QUE ESTES PROPRIETÁRIOS DE APARTAMENTO DO BAIRRO SOCIAL.
- 6- COMPARANDO O VALOR PAGO EM EUROS ENTRE OS MORADORES DA COOPERATIVA NOSSO TECTO E ASSOCIAÇÃO DE MORADORES COM OS DA QUINTA DA PALMEIRA É O QUINTUPLA, OU SEJA ENQUANTO OS PRIMEIROS PAGAM ENTRE OS 75 E 100 EUROS OS DA QUINTA DA PALMEIRA PAGAM ENTRE OS 200 E OS 400 EUROS.

POR ESTES MOTIVOS PEDIMOS QUE SEJA ATENUADA ALGUMA INJUSTIÇA, JÁ QUE NÃO É POSSÍVEL REPOR TODA A JUSTIÇA.

ASSINATURA	Nº B.I.	N.I.F.
<i>Antónia Gonçalves Lopes</i>	7214626	508070417
<i>Antónia Gonçalves Lopes</i>	13294707	124170587
<i>Antónia Gonçalves Lopes</i>	7227700	140573674
<i>Paulo Alexandre de Sousa Sobral</i>	8109626	130513377
<i>Antónia Gonçalves Lopes</i>	10545830	192970739
<i>Antónia Gonçalves Lopes</i>	4546559	151423628
<i>Enrique Augusto Lopes</i>	13471679	158832835



Lê a proposta já entregue aos membros (doc.5). -----



5.

#### PROPOSTA

A Coligação Democrática Unitária convicta da injustiça tributária aplicada aos moradores da Quinta da Palmeira do Lote 5 ao 51 cujos apartamentos foram adquiridos à Câmara Municipal de Albufeira no ano de 1992 e seguintes, num programa de habitação social, que são utilizados unicamente para habitação própria em que os proprietários foram obrigados a despendar grandes quantias para colmatar deficiências de construção e requalificar os fogos, nomeadamente repintura, mudança de solos, alteração de materiais de cozinha, casas de banho, instalações eléctricas e portas, entre outras. Pois estes pagam de Imposto Municipal sobre Imóveis quantias que variam entre duzentos e quatrocentos euros, correspondendo por vezes ao quádruplo do IMI pago na mesma zona por moradores da Cooperativa. Nosso Tecto, Associação de Moradores e Habijovem.

Propõe assim a CDU que seja discutida e deliberada pela Assembleia Municipal na sessão de 27.11.2007, considerando a alteração legislativa do Decreto-Lei nº 287/2003 de 12 de Novembro, (CIMI – Código Municipal sobre Imóveis), propõem-se a V. Exas., nos termos do artigo 112.º, o seguinte:

A aplicação da taxa reduzida em 30% no IMI nos anos de 2007 e seguintes para os prédios urbanos que estejam registados no Bairro Social da Quinta da Palmeira do Lote 5 ao 51.

Albufeira, 21 de Novembro de 2007

Coligação Democrática Unitária

Paulo Freitas - Vamos voltar, outra vez, ao princípio da igualdade. Obviamente que este Bairro não será o único Bairro especial, a única zona de habitação social no concelho de Albufeira. Aprovarmos um regime especial, não estaremos a beneficiar estes cidadãos, estaremos a prejudicar os outros. Isto tem de ser visto por um ponto de vista mais prático, de um ponto de vista geral, como é que se justifica a todos os outros proprietários de habitação social, que apenas uma parcela de proprietários no concelho de Albufeira vai ter um benefício em detrimento dos outros. Voltamos exactamente a referir aqui as questões do princípio da igualdade, que é um princípio que deve pautar a

questão. Voltamos aqui a fazer um repto, que estamos dispostos a subscrever e a aprovar uma Moção que se dirija à Tutela, com vista a criar mecanismos de salvaguarda de índole subjectivo, que tenha por base a capacidade financeira de cada pessoa e, não a generalizar por zonas, perdoem-me a expressão, a benesse de ter um benefício, porque nós não sabemos, se as pessoas que ali habitam actualmente, têm ou não capacidade para suportar o imposto. Mais, pelo simples facto de ser habitação social existe uma vantagem legal de uma redução do valor tributário em 35%, ou seja, a habitação social, ao aprovarmos isto que aqui está, terá qualquer coisa como uma benesse tributária de 65%. Parece-nos de algum modo injusto, criar um benefício excessivo para alguns proprietários em detrimento dos demais, para este concelho. Porque existem pessoas que não podem pagar os seus impostos, ou têm dificuldade em suportar a sua vida no dia a dia, sem poderem habitar num bairro social, sem poderem ter adquirido, por este preço, uma habitação no concelho de Albufeira, ou nos concelhos limites. Portanto, estaríamos a criar aqui, além de sermos de algum modo injustos, situações em que teríamos alguma dificuldade em explicar aos demais residentes do concelho, porquê que só algumas pessoas é que têm essa benesse. Teremos alguma dificuldade em explicar a uma pessoa que resida no centro antigo, porquê que não tem essa benesse, ou na freguesia da Guia, ou na freguesia das Ferreiras, ou na freguesia de Olhos d' Água ou na própria freguesia de Albufeira. Pessoas com carências, existem. Pessoas com dificuldades económicas, existem. O que estamos aptos, voltamos a dizer, é subscrever uma Moção, uma proposta, um documento, com vista a criar um mecanismo de salvaguarda casuístico, ou seja caso a caso, com vista a proteger as pessoas que tenham dificuldades económicas e não estar a fazer uma benesse generalizada, beneficiando muitas vezes, e aí sim sendo injustos, quem teve capacidade para adquirir a sua própria habitação a preços acessíveis, e que neste momento só pelo facto de ser habitação social, beneficia de 35% de benefício tributário e estar um outro benefício em cima deste de 30%. Isto sim, parece-nos injusto. Dou um exemplo: duas pessoas que tenham um valor tributário de 10.000 contos (50.000,00€), quem tem habitação social desce para 6.500 contos e sobre este valor é que vão incidir as taxas do IMI. Temos, eventualmente duas pessoas com as mesmas dificuldades económicas, uma teve que comprar casa fora da habitação social, outra na habitação social, a habitação social tem 6.500 contos de valor tributário e a outra tem 10.000 contos. Isto parece-nos de alguma maneira, criar critérios de desigualdade, além daquelas que a própria Lei permite, que seja beneficiadas quem adquiriu uma habitação social. Temos dito. -----

Francisco Oliveira - É só para salvaguardar aqui esta situação. É que a proposta que o Dr. Paulo Freitas faz, com toda a legitimidade, tem que ter em atenção que, quando a Lei é feita e todos nós o sabemos, é geral. E, de facto, propor-se uma legislação casuística, então era ter de oscultar cada um dos cidadãos de Albufeira, sobre a sua situação financeiro-económica, para entretanto decidir qual o IMI a pagar. Parece-me que, seria impossível uma situação destas. Na verdade, nós sabemos quando a Lei é geral, é injusta em muitas circunstâncias, assim o foi e há-de ser sempre. Parece-me perfeitamente inoperante, diria quase impraticável, a possibilidade de nós



consultarmos cidadão a cidadão, para sabermos até que ponto ele pode pagar de IMI ou não pode pagar IMI, consoante a majoração, minoração. Tenho dito. -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros relativamente à proposta, o Presidente da Assembleia passa à votação. -----

**VOTAÇÃO: Tomada de conhecimento** -----

Votos Contra: quinze (15) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Paulo Freitas, José Sequeira, Carlos Gabriel, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Ana Simões, Manuel Gonçalves, Vítor Vieira, Sílvia Rosa, Maria Eugénia Baptista, Maria Perpétua Ramos, Hélder Sousa e José Cabrita. -----

Abstenções: três (03) Fernando Cabrita, Berto Palma e Francisco Guerreiro. -----

Votos a favor: oito (08) Vítor Neto, Ana Patrício, Francelina Lourenço, Fernando Neves, Francisco Oliveira, Pedro Ferro, Ricardo Silva e Fernando Gregório. -----

Ausências: zero (00) -----

**A proposta foi reprovada** -----

Fernando Neves - Apresenta declaração voto (doc.6) e Requerimento (doc.7). -----

#### DECLARAÇÃO DE VOTO

Consideramos que esta proposta é justa e enquadra-se no abaixo assinado apresentado pelos Múncipes do Bairro Social da Quinta da Palmeira e no previsto do Artº., 112º, do CIMI estranhamos a votação, e assim iremos apresentar um requerimento.

Albufeira, 27 de Novembro de 2007

Coligação Democrática Unitária

*Fernando Neves*



## REQUERIMENTO

A Coligação Democrática Unitária requer que a Mesa da Assembleia Municipal, solicite o parecer jurídico ao Ministério das Finanças, sobre a interpretação do Art.º 112 do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI) se o mesmo se enquadra com a proposta anexa.

Albufeira, 27 de Novembro de 2007

Coligação Democrática Unitária

## PONTO DECIMO SEGUNDO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, de adenda ao contrato de prestação de serviços de 3 Circuitos de Transportes Urbanos na cidade de Albufeira - Repartição de encargos. -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto. -----

Eu sobre este ponto, tenho ainda algumas dúvidas. Eu, pessoalmente, sentiria-me mais confortável se a Assembleia delibera-se com mais alguma informação. Já falei com o Sr. Presidente, existe alguma pressa neste assunto, parece que existe a necessidade de novos troços, a população assim o exige. Não tenho aqui informação suficiente para poder tirar conclusões a cerca da absoluta legalidade desta matéria. Portanto, os Senhores são soberanos, se quiserem deliberar, delibera-se, se não quiserem, fica para a próxima Assembleia, agora em Dezembro. Sr. Presidente, eu sei que vê inconveniente, mas.... -----

Presidente da Câmara - A proposta foi feita com base em informação sustentada mas, percebo a Assembleia. -----

Fernando Neves - Corroboro com essa dúvidas e, estou de acordo que se retire a proposta para ser apreciada na próxima Assembleia. -----

Francisco Oliveira - O Partido Socialista também tem algumas dúvidas e, à semelhança daquilo que aconteceu há duas ou três sessões atrás que entendemos, de facto, rever melhor a situação trazida, eu penso que, também, era bom ponderar esta situação e assim vir com todos os fundamentos e argumentos que possam ter importância. -----

Presidente da Assembleia - Não estou a falar em termos de conteúdo, não é isso que está em causa. É o outro lado, o mais formal. -----

Francisco Calhau - Retira-se! -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros, o Presidente da Assembleia coloca a votação a retirada da proposta da Ordem do Dia. -----

**VOTAÇÃO: Retirar proposta da Ordem do Dia** -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e seis (26) Carlos Silva e Sousa, Vítor Neto, Francisco Calhau, Paulo Freitas, Fernando Cabrita, José Sequeira, Carlos Gabriel, Ana Patrício, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Francelina Lourenço, Ana Simões, Manuel Gonçalves, Fernando Neves, Francisco Oliveira, Vítor Vieira, Sílvia Rosa, Pedro Ferro, Maria Eugénia Baptista, Maria Perpétua Ramos, Ricardo Silva, Hélder Sousa, Fernando Gregório, José Cabrita, Berto Palma e Francisco Guerreiro. -----

Ausências: zero (00) -----

**A proposta foi aprovada por unanimidade** -----

-----  
Antes de encerrar a sessão, foi aprovada, por unanimidade, as minutas das deliberações tomadas na Assembleia. -----

Nada mais havendo a discutir ou a deliberar, o Sr. Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, cerca das 24:25 horas, de que foi lavrada acta que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----

-----  
Albufeira, 28 de Novembro de 2007 -----

-----  
O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA \_\_\_\_\_

-----  
O PRIMEIRO SECRETÁRIO \_\_\_\_\_

-----  
O SEGUNDO SECRETÁRIO \_\_\_\_\_

